



Anais da Assembléia

Nº 30

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 1998

Nº XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01.04.98**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Projetos de Lei:

**PROJETO DE LEI Nº 087/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a criar e a emitir o "Bônus-Pedágio", que será utilizado para desconto no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, licenciados no Estado do Paraná.

§ 1º - O "Bônus-Pedágio" é um bônus que será trocado exclusivamente por tickets emitidos e autenticados em pedágios localizados no território do Estado do Paraná, e incidirá sobre percentual dos valores pagos nesses pedágios.

§ 2º - O valor do "Bônus-Pedágio" não poderá ultrapassar ao valor de 20% (vinte por cento) dos valores pagos nos pedágios mencionados no § 1º deste artigo, e será trocado em agências bancárias credenciadas pelo Governo do Estado do Paraná, para tal fim.

Art. 2º - O "Bônus-Pedágio" deverá ser emitido e impresso em cada ano-exercício e terá validade, para desconto, por 05 (cinco) anos.

Art. 3º - O "Bônus-Pedágio" não poderá ser utilizado para qualquer outro fim que o definido no "caput" do artigo 1º, nem tampouco será objeto de ressarcimento financeiro.

Art. 4º - O Departamento e Trânsito do Estado do Paraná baixará as normas necessárias para emissão e distribuição do "Bônus-Pedágio", conforme os dispositivos da presente lei.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tenta corrigir uma distorção que possa haver na cobrança de impostos em duplicidade, incidentes sobre o mesmo objetivo, como Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e as cobranças de pedágios em rodovias no Estado do Paraná.

A criação e emissão do "Bônus-Pedágio" criará um mecanismo financeiro de compensação dos pedágios pagos pelo contribuinte, nos diversos pedágios em que transitar.

A aprovação da presente lei pela Assembléia do Estado do Paraná, dará

ao Governo do Estado do Paraná as condições legais para corrigir essa distorção no Paraná.

Louvamos o Governo do Estado do Paraná em dar solução definitiva ao problema das rodovias que cortam o Estado, para que elas tenham um serviço de preservação contínuo, inclusive para que sejam duplicadas oportunamente. A privatização das rodovias no Estado significará uma melhoria nas condições de tráfego e de preservação de vidas.

De outras forma, os excessivos pedágios nas rodovias vêm causar um aumento significativo do serviço de transporte nessas rodovias.

A criação e emissão de "Bônus-Pedágio" deverá, em parte, ressarcir o contribuinte do ônus do tráfego nas rodovias do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 088/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ADAQ - Associação dos Dependentes do Álcool e Químicos, com sede e foro no Município de Irati, Estado do Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A ADAQ - Associação de Dependentes do Álcool e Químicos, com sede à Rua Dr. Correia, nº 574, no Município de Irati / PR, vem, há anos, prestando relevantes serviços à Irati e toda a região, no que se concerne a recuperação de dependentes do álcool e de drogas.

A Associação possui uma equipe básica de profissionais que atuam na prevenção e combate às dependências do álcool e drogas, conforme segue: Dr. Ladislau Obrzut Neto (Médico Psiquiatra); Maria de Lourdes K. Castagnoli (Psicóloga); Juliana Molinari (Assistente Social) e Sérgio José Danielvitz (Agente de Saúde em Alcoolismo).

São dezenas de famílias desesperadas, que têm na ADAQ, o único meio de ver um filho, um pai de família, um ser humano que encontra-se na mais degradante escala da vida, quando do-

minado pelo vício do álcool ou das drogas.

Assim, a Associação promove reuniões com grupos terapêuticos, onde participam os dependentes e seus familiares. Nessa reuniões, as pessoas ajudam-se mutuamente, através da troca de experiências e sugestões, uma vez que todos sentem os mesmos problemas em relação ao alcoolismo e drogas. Os grupos existem em todos os municípios da região onde atua o Agente de Saúde.

A ADAQ, tem cumprido um papel preponderante, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento humano, social, econômico e, fundamentalmente, para o bem-estar de familiares e, por conseguinte, da comunidade, quando providencia e encaminha o paciente para o devido e necessário atendimento médico.

A entidade realiza palestras em escolas, grupos de jovens, associações de moradores e agricultores, com objetivo de prevenção às dependências do álcool e drogas.

PROJETO DE LEI Nº 089/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Lar Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, tendo como finalidade prestar assistência ao indigente, especialmente aos idosos desamparados.

Mobilizar recursos comunitários essenciais e indispensáveis, com o objetivo de despertar a esperança e o respeito que o idoso merece, são diretrizes básicas do referido lar.

Os trabalhos desenvolvidos por aquela entidade têm merecido destaque na comunidade, tendo em vista que os idosos são beneficiados com habitação, alimentação, vestuário, lazer, assistência médica e odontológica, hospitalar e farmacêutica.

Por esses motivos, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio.

PROJETO DE LEI Nº 090/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de pedágio, nas rodovias do Anel de Integração, os veículos destinados ao transporte coletivo de estudantes.

Art. 2º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O transporte coletivo de estudantes, realizado pelas prefeituras municipais, cumpre o papel fundamental no esforço para garantir o acesso à educação aos jovens.

Não há porque onerá-lo com o pagamento de pedágio. Já são enormes os custos para a manutenção desse importante serviço público.

Dai a razão do nosso projeto de lei, isentando do pagamento de pedágio os veículos destinados ao transporte escolar. Face seu alcance social, confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 091/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 11.880, de 25 de novembro de 1997, que declarou de Utilidade Pública o Serviço Social da Construção Civil no Estado do Paraná, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço Social do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SECONCI-PR com sede e foro nesta Capital".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação desta proposição é de somente alterar o nome da entidade que foi declarada de Utilidade

Pública pela Lei nº 11.880, de 25 de novembro de 1997, tendo em vista que através de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 1997, que mudou o nome da entidade para Serviço Social do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná - SECONCI-PR.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 092/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º - A CIRETRAN terá a seguinte abrangência territorial: São Mateus do Sul, São João do Triunfo e Antonio Olinto.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

São Mateus do Sul localiza-se a 140 km desta Capital. Por ser uma cidade de grande importância para toda a região, e por possuir hoje revendedoras das marcas Fiat, Chevrolet e Volkswagen, é um importante pólo de compra e venda de veículos novos e usados.

Diante de tais fatos expostos, nota-se visivelmente a necessidade da implantação da CIRETRAN naquele município, para facilitar o processo de tramitação de documentos de veículos automotores, bem como todos os outros procedimentos competentes a este órgão para toda a região.

São Mateus do Sul, tem como objetivo o progresso, e para isso, precisa dar passos importantes em direção ao futuro, podemos ver então que esta implantação será de grande valia para que isso se realize.

PROJETO DE LEI Nº 093/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educativa Santa Olga, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) JOÃO TECHY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educativa Santa Olga, fundada em 04 de fevereiro de 1949, vem prestando assistência a menores necessitados, proporcionando-lhes educação e ensino.

No ano de 1997, a Associação atendeu 95 meninas do meio rural, provenientes de diversos municípios, e 15 meninas encaminhadas pelo Conselho Tutelar Municipal.

O internato é mantido pelas associações que, abnegadamente, além do trabalho gratuito prestado às meninas, doam ainda, parte de seu ordenado, ganho fora da Associação, em escolas e nos diversos serviços públicos que atuam.

Pelos benefícios que esta Associação oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta nossa proposição.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final ao Projeto de Lei nº 736/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria uma CIRETRAN em Carambei.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, do Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Giovanni Gionedis, cópia do contrato assinado pelo Governo do Paraná com o Banco Central do Brasil, no dia 31 de março de 1998, para o devido ajuste das dívidas do Estado e o saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoio: Orlando Pessuti, Toti Colaço, Caio Quintana e José Maria Ferreira.

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM à Presidência desta Casa Legislativa, o encaminhamento de pedido de audiência ao Presidente do Banco Central do Brasil e ao Ministro da Economia, a uma Comissão de Parlamentares do Legislativo paranaense, a fim de coletar informações sobre as negociações das dívidas do Tesouro do Estado do Paraná e do processo de saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S/A.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(aa) ÂNGELO VANHONI

ORLANDO PESSUTI

CAÍTO QUINTANA

TOTI COLAÇO

JOSÉ MARIA FERREIRA

ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cyrena Hister, ocorrido no último dia 30 de março, no Município de Planalto, Paraná.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Sr. Lauro Hister, a/c da Prefeitura Municipal, rua Pres. Costa e Silva, nº 280, 85740-000, Pérola d'Oeste / PR e ao Sr. Seno Hister, rua Pe. Marcelo Kui-

lici, nº 369, 85750-000, Planalto / PR, filhos da extinta.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascida em Montenegro, no Rio Grande do Sul, dona Cyrena Hister e seu marido Alvicio Feliciano Hister foram pioneiros na região sudoeste, em muito tendo contribuído para a colonização.

Tendo constituído numerosa família, com seis filhos - dos quais dois falecidos, a extinta possuía 16 netos e 16 bisnetos, a cuja tristeza alia-se um incontável número de amigos.

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Simão Pereira, ocorrido no Município de Campina da Lagoa.

Pioneiro, comerciante, pessoa dedicada aos assuntos pertinentes à comunidade de Campina da Lagoa, fica portanto uma profunda lacuna na comunidade da nossa região, que só será superada pelos atos e ensinamentos que ele nos deixou.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada (Av. Brasil, 1206, CEP 87.346-000 - Campina da Lagoa).

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, que seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ildo Periollo, ocorrido no Município de Campina da Lagoa.

Comerciante, pessoa dedicada aos assuntos pertinentes à comunidade de Campina da Lagoa, deixa uma profunda tristeza entre amigos e familiares.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada (rua Vitório Faccini, 789, CEP 87.346-000 - Campina da Lagoa).

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Moção de Congratulações, para a Indústria de Refrigerantes Gold Scrin, há 45 anos no Município de Cianorte, pelo lançamento da sua linha "descartável".

Peço enviar cópia à família da Sra. Alba Pagani, à Av. Paraíba, 1741 - Cianorte - PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Indústria de Refrigerantes Gold Scrin, foi fundada em 1954, pelo Sr. Vitório Pagani, e seus filhos Joaquim, Adelino, Celestino e Arlindo.

Após a arrojada iniciativa do Sr. Vitório, a atual Diretoria da empresa, formada pela esposa e filhos do Sr. Adelino, sente-se orgulhosa por manter uma produção de aproximadamente 9.600 garrafas/hora, amparado por um moderno maquinário, recentemente instalado.

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos, um voto de congratulações pela posse do Ministro Cid Flaquer Scartezini como vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Jurista eminente, professor de Direito, um dos líderes do movimento associativo da magistratura brasileira, o Dr. Scartezini tem se revelado um amigo do Paraná, o que motivou a propositura do título de Cidadania Honorária em seu favor, aprovado pela Lei Estadual nº 11.940/97 e com data a marcar para entrega solene.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento ao ilustre homenageado.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmeira, pelo transcurso de seus 179 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Mussoline Mansani, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Rogério Geraldo Lima, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Palmeira, jubilosamente irá comemorar seus 179 anos de emancipação política, no próximo dia 07 de abril do corrente ano.

Homenageamos com esta proposição a laboriosa e digna população de Palmeira, que muito vem contribuindo para o constante progresso do município.

Destacamos também, o trabalho sério e competente realizado pelo Prefeito Mussoline Mansani, à frente dos destinos de Palmeira. Pois, contando com a colaboração do seu povo e da representação estadual, tem conseguido um significativo desenvolvimento de toda aquela região, visando o bem estar da comunidade palmeirense.

É da união de forças, do trabalho integrado que se conseguirá um município íntegro para alegria de sua população, a grandeza do Paraná e do Brasil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza a populosa Palmeira, na significativa data da comemoração dos seus 179 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Ivaiporã - PR, alusivos à realização do 1º Campeonato de Volei de Areia de Ivaiporã, nos dias 27, 28 e 29 de março próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal de Ivaiporã - PR, Pe. Luiz Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes, s/n, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã / PR.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor ao Sr. Éder Carpiné e demais companheiros de diretoria, pelo brilhante trabalho desempenhado durante sua gestão, na qualidade de Presidente da Associação Comercial e Industrial de Toledo.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a Sua Excelência o Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Troiano Netto, verificando a possibilidade de instalação de postos de atendimento aos eleitores, nas Ruas da Cidadania, particularmente a de Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância destas eleições, quando se registra acentuada procura por parte dos cidadãos para regularizar, transferir ou inscrever-se como eleitor, essa descentralização viria de encontro à facilitação desses serviços, evitando-se dessa forma, a formação de longas filas que desgastam e desanimam as pessoas que têm necessidade de tratar de seus direitos junto à Justiça Eleitoral.

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Darci Rodrigues, residente nesta Capital e proprietário de um imóvel na Praia de Pontal do Sul, e que solicita informações dos critérios adotados quanto a elevação dos valores do IPTU, de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) referente ao ano de 1996, para R\$ 283,69 (duzentos e oitenta e três

reais e sessenta e oito centavos), referente ao corrente ano. O número de inscrição de seu IPTU é 0511022018600. Informações complementares podem ser obtidas com o requerente pelo telefone (041)267-8405.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Nova Olímpia.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Nova Olímpia, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Ludovico Pradela, 265); ao Vereador Antonio di Renzo, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700), CEP 87490-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Mariluz.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Mariluz, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Luiz Albino Borgetti, Prefeito Municipal em exercício (Av. Marília, 1920); ao Vereador João Leme Barbosa de Queiroz, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1790), CEP 87470-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de 02 (duas) viaturas policiais, para o Município de Maria Helena, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Maria Helena, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Lourival José Pereira, Prefeito Municipal (Praça Brasil, 1690); a Vereadora Aurina de Oliveira Pereira, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1690), CEP 87480-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Seguran-

ça Pública, solicitando a destinação de 02 (duas) viaturas policiais, para o Município de Jussara, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Jussara, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Pedro Candido de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28); ao Vereador Jair Romero, Presidente da Câmara Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28), CEP 87230-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de 02 (duas) viaturas policiais, para o Município de Esperança Nova, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Esperança Nova, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Tarciso Sales Medeiros Maia, Prefeito Municipal (Rua Duque de Caxias, 400); ao Vereador Valdir Hidalgo Martins, Presidente da

Câmara Municipal (Rua Duque de Caxias, 401), CEP 87545-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Cafezal do Sul.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Cafezal do Sul, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Paulo Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Rua Italo Orceli, 796); ao Vereador Augusto Cogo, Presidente da Câmara Municipal (Rua Italo Orceli, 658), CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Engenheiro Beltrão.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Engenheiro Beltrão, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura

do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Dalpont, Prefeito Municipal (Rua. Manoel Ribas, 160); ao Vereador Wilson Rotta, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160), CEP 87270-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Tapira.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Tapira, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaçu, s/n); ao Vereador Gentil B. Correia, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaçu, 518), CEP 87830-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Militar do Município de São Jorge do Patrocínio.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de São Jorge do Patrocínio, meios de realizar

um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo consequentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Claudio Aparecido Alves Palozi, Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164); ao Vereador Valdeci Alves Gaiola, Presidente da Câmara Municipal (Rua D. Manoel, s/n), CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado da Saúde, Armando Raggio, indicando o Município de Jacarezinho, para sediar o Hospital Regional do Norte Pioneiro.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao Sr. Prefeito Municipal, Mário Clovis Gaspar, ao vice-Prefeito José Antonio de Oliveira, a todos os Vereadores do município, aos Deputados Federais Basílio Villani e Chico da Princesa, ao Bispo Diocesano da Diocese de Jacarezinho, Dom Conrado Walter, aos diretores das Faculdades, aos Presidentes dos Partidos Políticos e aos órgãos de imprensa daquele município.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se discute a possibilidade do Norte Pioneiro sediar um Hospital Regional, é necessário que esta augusta Casa de Leis se manifeste favoravelmente a esta conquista para a região, visando uma ação mais efetiva do Estado, no atendimento da área social, principalmente no que se refere à população mais carente.

A prática de administrações regionais no Estado do Paraná vem de décadas passadas, tendo se consolidado institucionalmente nos anos 80, como forma de o Poder Público organizar as necessidades e peculiaridades da popu-

lação, através de ações diretas e descentralizadas por micro-regiões. Assim, e seguindo o saudável modelo descentralizador, o Estado do Paraná constituiu-se 18 regiões, congregadas inclusive em associações de municípios, estas com personalidade jurídica própria, com a finalidade de promover o desenvolvimento integrado de uma determinada região.

Ora, pois, é de todo louvável, que o Estado continue em sua prática de desenvolvimento regional, constituindo os serviços públicos em áreas homogêneas de atuação e com ramificações em unidades convergentes.

O Município de Jacarezinho, ao longo de seus quase 100 anos, conquistou projeção político-administrativa, que o coloca como cidade pólo do Norte Pioneiro, e está credenciado para o recebimento desta importante conquista, visto que já sedia a quase totalidade dos órgãos regionais do Estado e os de representação federal da região.

Finalmente, o município que hoje possui três das mais respeitadas instituições de ensino superior do interior do Brasil, terá sua vocação fortalecida e se credenciará com a construção do Hospital Regional do Norte Pioneiro, para o recebimento de importantes cursos superiores na área de saúde.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Reinhold Stephanes Júnior, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando que informe de existe algum pedido para doação ou comodato de imóvel pertencente ao Estado do Paraná para a Escola Internacional de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Tivemos conhecimento de que a Escola Internacional de Curitiba, tem divulgado que imóvel pertencente ao Governo do Estado do Paraná estaria sendo doado ou cedido em comodato, para utilização graciosa.

Julgamos tal fato inconcebível, por inúmeras razões, entre as quais a de que a referida Escola abra, a título de mensalidade, a importância de

R\$ 742,00, não justificando, portanto, ser agraciada com benesses do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje pela manhã, participamos de uma reunião na Associação dos Municípios do Estado do Paraná, e os assuntos que foram lá abordados pelos Srs. Prefeitos, muito especialmente pelos Presidentes das microrregiões, trata-se do transporte escolar, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF, e da dívida dos municípios com o Instituto Nacional de Seguridade Social, o FGTS e o PASEP.

A preocupação dos Prefeitos do Estado do Paraná é muito grande, principalmente no que diz respeito a sobrecarga de serviço que eles vêm assumindo a cada ano que passa.

Está se organizando uma grande marcha, prevista para o mês de maio, nos dias 19, 20 e 21. E os Prefeitos do Estado do Paraná estão fazendo um estudo para levar àquele Congresso que irá se realizar, aonde os temas principais são esses que acabei de abordar.

É bom que façamos aqui uma reflexão, a respeito e sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aonde as Prefeituras praticamente não vêm honrando seus compromissos já há muito tempo.

E, entendemos nós, Deputado José Maria Ferreira, ex-Prefeitos, que a parte que cabe ao empregador, sempre discutimos o seu pagamento das obrigações sociais das Prefeituras. Questionamos isso há muito tempo, e entendemos que a parte do empregador, tanto do Fundo de Garantia, como o próprio INSS, deveria ter um tratamento diferenciado junto as Prefeituras Municipais de todo o nosso país.

Uma das sugestões que está se colocando, que seja compensado pelos serviços que os municípios prestam hoje ao Governo Federal e ao Governo do Estado, e que não fosse possível o recolhimento mensalmente da parte do Fundo de Garantia, do INSS e do próprio PASEP.

Uma outra proposta que está se estudando através da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, através do Presidente José do Carmo, é

sobre a rolagem da dívida dos municípios.

Os governos estaduais de todo o país estão fazendo a rolagem de suas dívidas quase que todos os meses.

Haja vista, o que está acontecendo aqui no Estado do Paraná, quando ontem o Governador Jaime Lerner assina uma Carta de Intenção da privatização do Banco, da rolagem da dívida, pegando um prazo de 30 anos para ser pago ao Governo Federal. E os municípios têm que honrar seus compromissos mensalmente, este é outro assunto que está sendo discutido.

Um dos assuntos que não foram discutidos, por falta de tempo, mas que coloco aqui aos municipalistas desta Casa, é um assunto que diz respeito a esta Casa de Leis.

Seria importante, que nós municipalistas, pudéssemos discutir os novos critérios da distribuição do ICMS do nosso Estado. Podemos legislar, Deputado Horácio Rodrigues, apenas parte de 25% do ICMS. Isto compete aos Estados, compete a nós aqui estabelecermos os critérios. Os critérios que hoje existem e que estão aí, eles são datados há mais de uma década, há mais de 10 anos.

Então, seria importante que os Prefeitos, aliás, os Deputados municipalistas pudessem se ater e estudar essa matéria nas próximas semanas, para ver se podemos adentrar amanhã, ou depois, com um projeto de lei, em nome da Bancada Municipalista, apresentando novos critérios, porque entendemos que este ente querido da Federação, que é o município, Deputado José Tavares, é ali onde é gerada a riqueza, a renda, mas é ali que está a pobreza, a miséria, é ali que estão os problemas. Eles não têm autonomia financeira. E automaticamente naquilo que compete a nós, Deputados Estaduais, acredito que essa matéria deva merecer a atenção de todos os Parlamentares que têm assento aqui nesta Casa.

Com relação ao FUNDEF, o FUNDEF é composto hoje por 15% do ICMS e 10% das transferências constitucionais, e os Prefeitos têm que aplicar 60%, evidentemente, no salário do quadro dos professores do seu município. E o que estamos observando a cada ano que passa?

O transporte escolar, absorve 60%, praticamente, do custo operacional, do custeio para manter a rede

pública municipal de ensino, vai 60% daquilo que é previsto constitucionalmente.

As Prefeituras Municipais do nosso Estado, elas transportam 60% dos alunos, Deputado José Maria Ferreira, da rede pública do Estado, do Governo do Estado, e 40% é de responsabilidade das prefeituras municipais.

O que observamos hoje, Deputado Luiz Carlos Zuk, é que a cada ano que passa, as Prefeituras Municipais estão sendo sobrecarregadas e automaticamente, muitas delas, sendo inviabilizadas as suas administrações, muito especialmente para dar um atendimento condigno aos seus municípios.

O Deputado José Maria Ferreira, no ano passado, apresentou um projeto de lei aqui nesta Casa, que levou o número de 11.721, onde o Governo do Estado estava autorizado a instituir o Programa de Transporte Escolar, que tem como objetivo transportar os alunos da rede pública de todo o Estado do Paraná; foi sancionado pelo Governador, no entanto, Deputado, não foi regulamentado, ele não está sendo colocado em prática.

Seria muito importante que o Deputado Valdir Rossoni, que é um municipalista de nascença, até porque foi Prefeito de Bituruna, da grande Bituruna, lá no Sul do Estado do Paraná, pudesse dar uma olhada neste projeto de lei, ou melhor dizendo, nesta lei, e abrir um espaço para que os presidentes das microrregiões do Estado do Paraná possam ter uma audiência com o Governador do Estado, para poderem discutir, principalmente, o transporte escolar.

Porque o que observamos hoje, mais uma vez, na reunião que participamos hoje pela manhã, podemos observar a tristeza e o sentimento de muitos prefeitos e presidentes de microrregiões de sentir o peso nesse um ano e pouco de mandato da responsabilidade do cargo, e no entanto vêm prestando serviços ao Estado do Paraná, em diversos setores: na Delegacia de Polícia, no Cartório Eleitoral, no Ensino de 1º Grau, no transporte escolar, e assim por diante. Desta feita, esta é a nossa preocupação e fica registrado aqui este nosso primeiro Encontro Municipalista, neste mês de março, início do mês de abril.

Gostaria de utilizar o tempo do PMDB, por alguns minutos, para dar aparte ao Deputado Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Sr. Deputado Toti Colaço, Sr. Presidente.

Quero endossar as palavras do nosso municipalista na Assembléia, Deputado Toti Colaço. Primeiro, enaltecendo o projeto que cria o Programa Estadual de Transporte Escolar, e recebemos a visita de muitos professores e assessores ligados à educação no Município de Missal, que vêem com preocupação esta questão do transporte escolar, porque o município está transportando os alunos da sua responsabilidade, das Universidades Federais e Faculdades e da rede de 1º e 2º graus do Estado.

E, a partir do ano que vem, Deputado, terão que transportar, se necessário, os alunos de pré-escolar, porque a educação infantil, por determinação da nova LDB, também passa a ser responsabilidade e obrigatoriedade do município.

E já estamos adotando este procedimento num projeto que estamos elaborando, para protocolar, em breve, que é a Lei do Sistema Educacional no Estado do Paraná, em que já se obriga o Estado do Paraná a ter o transporte escolar para os seus alunos, do seu sistema. Sem sobra de dúvidas, vai ajudar os municípios que estão em situação precária.

Recebi, ontem, Deputado Toti Colaço, uma correspondência do Município de Ramilândia, onde o Prefeito, numa atitude de protesto, vai deixar de transportar os alunos da Rede Estadual, vai passar com o ônibus, carregar os alunos da sua responsabilidade e deixar os outros, por 2 ou 3 dias, para dar um alerta. Isto ele está informando ao Governo do Estado, informou o Núcleo de Educação de Foz do Iguaçu, informou a nós Deputados do Oeste do Paraná, e também informou ao Governo do Estado, que está tomando este procedimento.

Acho que se o Governo não abrir esta discussão, e como está demorando para dar uma alternativa aos municípios e repassar os recursos do programa, vai começar a "pipocar" protestos desta natureza, e daqui há pouco, articulado. Perto das eleições seria desaconselhável ao Governo deixar isto acontecer.

O SR. TOTI COLAÇO - O Prefeito, Deputado Irineu Colombo, fica numa situação extremamente delicada, porque

o aluno que mora no interior não quer saber, o transporte é responsabilidade do Governo Estadual ou do Governo Federal. Ele quer saber, e joga toda esta culpa em cima do Prefeito, a bomba estoura em cima dos Prefeitos Municipais. E o contato direto é em cima do Vereador, do Prefeito. São os pais dos alunos. E isso vem se agravando a cada ano que passa, a cada mês que passa, principalmente aqui no Estado do Paraná.

O Governo Federal faz uma propaganda enorme da educação: nenhum estudante, nenhuma criança fora da escola, e o Governo do Estado também. Entretanto, não colocam recursos para as Prefeituras Municipais, não dão os meios necessários para que eles possam executar esta tarefa que não é deles, e sim, do Estado e da própria União, porque o ensino do 3º grau seria do Governo Federal, no entanto, hoje, as Universidades Estaduais do Paraná, são todas estadualizadas praticamente, passam a ser de responsabilidade do Governo do Estado.

É uma situação muito delicada, e é preciso que nós, municipalistas, fiquemos atentos. Eles estão se organizando e eu dizia hoje, pela manhã, na Associação dos Municípios do Estado do Paraná, aos Prefeitos, que este ano é um ano de decisão, é um ano em que os Prefeitos e Vereadores não têm eleição para disputar, quem disputa eleição é o Governador do Estado, o Deputado Estadual, Federal, Senador da República.

Se alguma coisa tiver que acontecer, terá que acontecer este ano. Se alguma pressão tiver que ser feita, terá que ser feita este ano. A partir deste ano é outra história, aí o Governador está eleito, o Presidente da República está eleito, e cumpra-se o que está na lei em Brasília, porque muitas dessas leis estão vindo de Brasília, "goela à baixo" dos Prefeitos, e tem que cumprir, 60% tem que ser aplicado no salário dos professores. Acho que está correto, mas não precisava ser obrigatoriamente, os Prefeitos têm responsabilidade e sabem que os professores têm que ganhar bem. E as outras despesas que o Prefeito tem.

Dito isto, quero cumprimentar o Deputado José Maria, por esta Lei que fora aprovada no ano passado e que pudesse, Deputado José Maria, Vossa Excelência, dar poder e dar encaminhamento nas próximas semanas, porque é

uma lei extremamente importante para o Estado do Paraná, e que ela está dormindo, está adormecida, precisa dar uma sacudida nesta lei, e que o próprio Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, possa analisar, regulamentá-la e colocá-la em prática.

Agradeço a atenção de todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores, deveria falar no horário de Explicações Pessoais, porque isso é um foro íntimo.

Quanto mais se vive política, mais de tem que aprender. Sou um político que não tenho maldade, não tenho ódio, me agridem, me violentam.

Lembro que a eleição em Maringá estava perdida, e fui a Maringá, ajudar o Deputado Marquinhos Alves. Ele está aqui, é testemunha, tinha mais ou menos, me esperando naquela noite, 15 mil pessoas, não lembro o bairro. Quando cheguei ao palanque, apoiei, com todo o respeito, ao Deputado Joel. Apoiei o Jairo, porque achei que era uma questão de postura, se o Jairo tinha apoiado o Governador Jaime Lerner, eu teria que apoiar o Jairo.

Então, fui para lá, o Governador Jaime falou: "você está liberado". Fui à Maringá, eu e o Jairo, e conseguimos virar as eleições. Nas últimas duas semanas, consegui, ao lado do Marquinhos, virar a eleição na Cidade de Maringá. Não fui eu que virei, é claro, mas fui de casa em casa, de comício em comício, e sempre ao lado do Marquinhos. E nunca o Marquinhos falou mal de mim, ele me recebia no palanque com carinho, eu abraçava o Marquinhos, dizia que ele era um grande Parlamentar.

Em Londrina, não pude apoiar o meu companheiro Tavares. O Tavares fez uma campanha até bonita, o horário do TRE era um programa lindo, mas eu, por um compromisso com o meu partido, tinha que apoiar o Prefeito Antonio Belinati.

Quando chegou no segundo turno, fui chamado no Palácio: "você tem que ir para Londrina, com urgência". E fiz 20 comícios em Londrina, de todos os comícios, o maior que fiz foi no Jar-

dim Leonor, que tinha 20 mil pessoas me esperando. Tanto é, que houve uma mudança, porque quando eu falava, o povo saía comigo. Invertemos a situação: primeiro falava o Belinati e depois eu, para o povo ficar.

Você sabe, Tavares, fiz várias campanhas com você. Sua campanha para Prefeito, perdemos por cento e poucos votos, por causa de um idiota que estragou a nossa campanha. Foi uma idiotice. Fui dizer uma palavra, e acabamos perdendo, numa eleição ganha. Fiz uma campanha com o Tavares, o meu filho, o Luiz Eduardo, que está com 17 anos agora, e o Wilson Moreira. Éramos só nós de destaque. Os nossos comícios tinham 15, 20 mil pessoas. Até hoje, não me conformo de ter perdido por cento e poucos votos, como o Edgar não se conforma por ter perdido por 72 votos.

Então, ganhamos as eleições em Londrina. Tive que fazer o seguinte, Srs. Deputados, falar por último, para ninguém se afastar do palanque. O Belinati falava, corria para outro bairro, eu falava e segurava o povo.

Aqui em Curitiba, ontem, na posse do secretariado, quase caí e levei uma bofetada na cara. Isso é para eu aprender. Porque sou um "laranja", um "laranjão"! Nunca vi um "laranjaço"! Eu e o Luiz Carlos Martins somos uns "laranjaços" de primeira.

O Carlos Simões estava revolucionando os bairros. Ele estava dando um "banho" nos bairros. Esse homem tem o capeta no corpo. Ele, quando chegava nos bairros, era a mulherada arrastando ele para cima e para baixo. Só sei que deu uma disenteria no Palácio: quem é que vai para os bairros? Alborghetti. Quem tem que competir com o Carlos sou eu - é povão. Eu tinha que ir no Mercado Municipal, cumprimentar de mão em mão. Então, chamam no Palácio, eu e o Carlos Martins.

Chegando lá, digo: "pois não, Excelência, Sr. Governador". Ele me diz para levantar às 5:00 horas da manhã. Bom, levanto às 6:00, então vamos para o "pau".

Aí, eu, o "laranja" lá e o "laranja" aqui às 5:00 horas da manhã, estávamos lá no Alto Boqueirão, onde o Carlos Simões havia estado no dia anterior.

Saíu no jornal, eu aparecendo: "não vote em aventureiro, não vote no Carlos Simões". Não minto, e não tenho o "rabo" preso com ninguém.

E vamos para ganhar! A mulherada beijava aqui, babava ali. Eu chegava sujo. Era aquele rolo. Entrei numa favela, numa invasão, e quando o povo me viu, mas não é o Carlos Simões. Vamos mudar esse "trem" aqui.

Teve um comício no Xaxim, numa chuva. Eu e o Cássio Taniguchi estávamos molhadinhos, que parecíamos dois pintinhos. Falei para falarmos logo e ganhar a eleição. Subi atacado e subiram em mim umas 10 entidades espirituais, na minha cabeça. Virei pirueta em cima do caminhão, saí carregado, falei: "não sou candidato, candidato é o japonês, pega ele junto para sairmos os dois juntos". Ainda pegaram o Luiz Carlos Martins, acharam meio pesado, mas levaram e fomos todos para o "pau".

Aí, eu e o Luiz Carlos Martins fomos a uma festa, que o Rafael Greca programou, só com os idosos. Só podia subir eu, o Rafael, o Luiz Carlos Martins e a Margarita. Ficamos os 3 atrás e a Margarita na frente. Então, o Rafael falou que primeiro falava a Margarita, depois ele, aí o Luiz Carlos Martins e depois eu, porque ele disse que a terceira idade me ama. Estava lotada a Rua da Cidadania. Lotada. Nunca vi um negócio daqueles.

Terminou o comício, tive que dançar a tarde inteira ali, emagreci uns 2 quilos. A velharada dançava mesmo, e arrocava a gente. E falei: "temos que ganhar esta eleição aí, porque daqui há pouco aparece este tucano aí no ninho, e vem que vem, para arrebentar a gente".

Resultado: ganhou a eleição... ganhou a eleição. Tudo bem. Aí, posse, fomos para o Palácio, o Governador abraçou o Luiz Carlos, abraçou o Alborghetti, abraçou todo mundo. Vamos aguardar... passa o tempo... vai... vai... vai...

Ontem, o Prefeito Cássio Taniguchi vai à posse do novo Secretariado, deu uma cacetada no Luiz Carlos e em mim, que caímos sentados no chão, não acordamos ainda. A cacetada, você sabe, a carapuça serviu, ele falou na posse do Secretariado: "só tenho dois candidatos a Deputado". Eu falei: "sou eu e o Luiz Carlos Martins". Que nada! Caímos do cavalo, rapaz! Perdi o freio do cavalo, perdi o cavalo, nem sei para onde foi o diabo do cavalo, não sei! É vivendo e aprendendo. Política é assim, vivendo e aprendendo!

Vejam o meu querido Takayama. Faz a política dele, tranqüilo, sossegado, e tem 2 senhores de uma outra igreja, que ocupam um programa de rádio e televisão, ocupam o programa inteiro para meter o pau no Takayama! Que diabo é isso? Por que isso? Por que essas coisas? Por que essa maldade?

Então, quero dizer, em seu nome, Deputado Luiz Carlos Martins, e em meu nome, que não tenho medo dos candidatos do Sr. Cássio Taniguchi, e Vossa Excelência também não tem que ter medo. Vamos ganhar dos dois, tranqüilo. Eles podem gastar milhões, milhões, que eu ganho dos dois. Agora, quem são os dois eu não sei, ele não quis dizer. Só sei que não sou eu e nem o Deputado Luiz Carlos Martins. Nós somos "laranjas"... não sei quem são e também não tenho nada contra, acho que é um direito dele. Tenho que respeitá-lo, afinal de contas, ele é meu amigo. E a Marina é minha amiga.

O que esta mulher está fazendo na área social da Capital do Paraná, é inacreditável! Isso, confesso, porque tenho acompanhado os passos dessa mulher. Respeito-a demais. Marina Taniguchi, ela é a mão da pobreza. Vou defender essa mulher, enquanto for Deputado, enquanto for homem de televisão! Vou defender essa mulher, como defendo a Fani Lerner. O que essa mulher tem feito por mim, no Paraná, na área da justiça social, na área da família, na área dos nossos filhos, na área dos esquecidos no Paraná. Respeito as Sras. Fany Lerner e Maria Taniguchi, e não admito que falem dessas duas senhoras que representam as mulheres do meu Estado.

Quero dizer que não entendo o porquê - acharia que o Prefeito deveria dizer assim, ontem, na posse: "apóio todos aqueles que me apoiaram". Seria mais elegante, Deputado Neivo Beraldin, Deputado Romanelli. Seria mais elegante se ele tivesse dito: "apóio todos que me apoiaram". Por exemplo: o Belinati, o Antonio Carlos.

A pesquisa em Londrina, deu hoje: eu, o Antenor e o Antonio Carlos Belinati. Por que eu vou "meter o pau" no Antenor, porque ele é do PPB? Quero que ele venha para cá, que ajude com os votos dele. É um amigo meu, um irmão. Não estou preocupado.

Agora, o Antonio Carlos Belinati é candidato? Vai depender da Sra. Emília Belinati, se ela vai sair ou se

não vai. Agora, o Antonio Belinati veio e bateu uma fotografia comigo, e disse: "pode imprimir aí 1 milhão de santinhos". O Belinati, que atitude linda, Deputado José Maria, disse: "apóio você e apoio o meu filho. Aonde tiver voto seu, tudo bem. Aonde tiver voto do meu filho, tudo bem". Eu disse: "está bem".

Então, acho que o Prefeito Cássio, deveria, ontem, ter dito: "apóio todos aqueles que me apoiaram". Aí, Deputado Horácio Rodrigues, seria mais digno, do que dizer: "só tenho 2 candidatos a Deputado".

Aí, liguei para a casa do Luiz Carlos, e perguntei: "é você?" Ele disse: "não". Aí o Luiz Carlos falou para mim: "é você?" Eu disse: "não".

Então, para encerrar o meu pronunciamento, quanto mais conheço o ser humano, mais me decepciono com a humanidade.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, solicito a gentileza, para que me sejam cedidas as notas taquigráficas do pronunciamento do nosso Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Perfeitamente concedidas a Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Exce-

lência, não ia subir à tribuna, mas depois de ter ouvido esse desabafo do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, resolvi me pronunciar.

Acho, Deputado Luiz Carlos Martins, que a política é assim mesmo. Essa é a famosa política, que diz: "a mão que afaga, é a mesma que apedreja". Já dizia o velho poeta Augusto dos Anjos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é dia 1º de abril, famoso "dia da mentira". E pasmem os senhores: é só abrir os jornais do Paraná, hoje, que vocês vão ler - estou aqui, por exemplo, com o prestigioso jornal O Estado do Paraná, o qual a manchete diz: "BANESTADO: acordo prevê demissões". A Gazeta do Povo traz essa mesma matéria.

Pois saibam os senhores: hoje pela manhã, na busca de conseguir cópias do acordo que o Estado do Paraná,

que o Governador - na fotografia que aparece assinando o acordo com o Ministro interino da Fazenda, Pedro Parente -, na verdade é o seguinte: não há acordo nenhum assinado, senhores. O que o Governo assinou ontem, foi a rolagem da dívida do Estado do Paraná, e não o acordo do BANESTADO, Deputado Horácio Rodrigues. O Governo, hoje, está falando em privatizações do Banco, demissões, e nenhum acordo fez, não assinou absolutamente nada.

O Banco Central está fazendo levantamento sobre o BANESTADO, e quer uma profunda auditoria sobre a situação das finanças. Está exigindo, inclusive, que o Governo provisione. É por isso que a conta do BANESTADO está ficando cada vez mais alta, porque está exigindo que o Banco faça a provisão para ser créditos em liquidação dos famosos precatórios de Alagoas e de Pernambuco, que daquela tribuna e deste Plenário o "genius financeiro", o Sr. Miguel Salomão e o Sr. Giovani Gionedis defenderam como legítimas compras, que foram corretas, que eram títulos bons os famosos precatórios de Alagoas, de Osasco e de Pernambuco.

O que aconteceu? O Banco Central não fez nenhum acordo com o Governo do Estado. E mais ainda, não está o Banco Central fazendo nenhuma pressão para privatizar o BANESTADO. O Banco tem, sim, uma política de saneamento dos Bancos estaduais. Disponibiliza uma série de alternativas para que os Estados, de acordo com a decisão política de seus Governadores, naturalmente aqueles que discutem com a sua Assembleia Legislativa as questões importantes, que não é o caso do Governo do Paraná.

O Governador do Rio Grande do Sul está mantendo o seu banco. O Governador de Santa Catarina está mantendo o BESC. Mário Covas está mantendo o seu banco. O que está acontecendo? O Governo do Paraná está mentindo, está iludindo a opinião pública, está mal informada a Assembleia Legislativa e está mal informado o conjunto dos meios de comunicação, distribuindo "releases" que são mentirosos, porque não assinou acordo algum que envolva o BANESTADO.

Infelizmente, tenho que dizer, é muito triste um Governo que quer iludir, quer criar um fato que é a privatização do BANESTADO, quer demitir de 3 a 4 mil funcionários, quer entregar

esse Banco a um grupo privado, ligado a um esquema de poder.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência coloca essa questão de uma forma que não concordamos.

Tenho aqui a nota que foi dada pelo Secretário Giovani Gionedis para esclarecer a questão do acordo do BANESTADO. Se Vossa Excelência permitir, farei a leitura da nota, para que Vossa Excelência tenha conhecimento da verdade.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ouvirei com atenção, embora nota do Giovani Gionedis e nada, para mim é a mesma coisa.

O Sr. Valdir Rossoni - Farei a leitura no Horário da Liderança.

Quero dizer que convivo nesta Casa há 7 anos. Sei que existem Parlamentares com mais tempo de Casa que eu. O que me assusta é quando ouço o vocabulário usado por Vossa Excelência contra o meu Governador e contra o Governo do Paraná. Esse não é um vocabulário para ser usado por um Parlamentar. Repugno, não posso aceitar suas palavras.

Queria ter dito isso ontem para Vossa Excelência. Vossa Excelência chegou aqui há 3 anos e meio e não trouxe qualquer fato concreto, com provas, a não ser usar um vocabulário "chulo", que não traz um conteúdo, nada que venha acrescentar e colaborar para o aperfeiçoamento da discussão democrática.

Não concordo com Vossa Excelência, e exijo respeito, pois essas palavras não cabem ao Governador Jaime Lerner e nem ao seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Chamar o Governador de traidor, é um direito que me cabe. Ele está traindo os interesses do povo paranaense.

Não acho que essa seja uma palavra ofensiva. Creio, Excelência, que se algumas das palavras que profiro, nenhuma delas é de baixo calão. Talvez doa mesmo para Vossa Excelência eu dizer que o Governo está mentindo. Está mentindo! O Governo mente para a opinião pública. Ele diz que fez um acordo com o Banco Central sobre o BANESTADO, e não fez, não assinou

acordo nenhum. Duvido! Quero ver o Governo apresentar o acordo que fez com o Banco Central. Não fez acordo! Não assinou nenhum documento, não assinou nenhum protocolo. Na verdade, o Banco Central vai levantar os números, até o dia 30 de junho, sobre o BANESTADO.

Privatização do Banco, Deputado Alborghetti, é uma vontade política do Governador Jaime Lerner. Ele está sem coragem de enfrentar a opinião pública paranaense. Claro! A opinião pública está horrorizada, lê os jornais, o Governo dá os fatos como consumados, e os fatos não são verdadeiros.

Como é possível aceitarmos que as empreiteiras vão começar no mês de maio, cobrar pedágio e receber 45 milhões do usuário. Está aqui, inclusive, o Presidente A. Flores, o Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do nosso Estado.

Na verdade, não é possível que possamos, passivamente, continuar aceitando este estado de coisas. Os líderes, aqui, dos Partidos, o Líder do PFL, Deputado Plauto Miró; o Deputado Augustinho Zucchi, que é Líder do PPB; o Deputado Orlando Pessuti que é Líder do PMDB; o Deputado Irineu Colombo que é Líder do PT; o Deputado José Maria Ferreira que é Líder do PSDB.

Quero conceder o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Romanelli, a questão do pedágio, que Vossa Excelência aborda, além de uma cobrança atabalhoada, seguramente terá desdobramento, inclusive, na Justiça. Porque veja bem, Deputado, com a oportunidade, vamos tecer juntos comentários nesta Casa, sobre uma série de irregularidades que têm, inclusive, a instituição desse pedágio da forma como está sendo colocada.

Primeiro: afirmaria para Vossa Excelência, em solidariedade ao vosso pronunciamento, duas premissas. Uma, o contrato firmado com as empresas e a licitação extrapola aquilo que foi concedido, pela lei votada nesta Casa, do companheiro Neivo Beraldin. Extrapolou os limites da lei, porque esta lei exige, na concessão de serviço que as empresas comprovem a capacidade de investimento para ressarcimento. Agora, ressarcimento significa você receber de volta aquilo que aplicou antes. Esta é a tradução de ressarcimento. Na

verdade, estamos, antes de executar cobrando, portanto, estamos nos antecipando, não estamos cumprindo a lei.

Segundo: a lei de concorrência pública, da qual todas as outras se derivam, que é a Lei nº 866, estabelece com clareza limites e formas de concorrência pública.

Posso lhe afirmar que conseguiremos discutir, em qualquer instância, mostrando que o que foi feito no Paraná, contraria o que determina a Lei nº 866, que é a Lei de Concorrência Pública Nacional.

Portanto, tenho certeza absoluta, que este presente, esta bitributação, esta cobrança em dobro do povo do Paraná, para a utilização de suas rodovias, certamente não irá se executar, muitas vozes se levantarão.

Acho que todos nós, juntos, devemos brigar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Vossa Excelência tem um minuto para terminar o seu pronunciamento, com o horário do PMDB, que lhe foi concedido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Con-

cluiu, Excelência, dizendo que o Deputado Caíto Quintana, obviamente, tem melhores condições do que eu, de analisar, inclusive, esta questão da privatização das rodovias, sob o aspecto jurídico, está analisando, e certamente trará luz a esta questão.

Mas quero dizer à Sua Excelência, o Sr. Presidente, ao Deputado Valdir Rossoni, que se irrita com as nossas ponderações, Excelência. Quero dizer a Vossa Excelência, que de fato deve ser muito difícil, e tenho visto Vossa Excelência ser o único Deputado da Bancada do Governo a defender o Governador Jaime Lerner. Não vejo nenhuma outra voz se levantar para defender. Neste ponto, quero parabenizar Vossa Excelência, não pela coerência, mas pela coragem.

Quero dizer que a questão do BANESTADO é uma questão que deve ser profundamente analisada. Temos que impedir que essa traição se consuma. Porque o traidor não pode ficar impune.

Napoleão tinha uma frase sobre a traição, que dizia mais ou menos assim: "utiliza-se a informação do traidor, mas fuzila-se o traidor". Esse é o ensinamento do Napoleão.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, para registrar, com satisfação, e dizer da oportunidade da visita a este Plenário, do Presidente da Federação dos Transportadores do Paraná - FETRANSPAR, o Sr. Anselmo Trombini, e a presença do Sr. Adão Nunes Flores, que é Presidente do Sindicato das Transportadoras de Carga do Estado do Paraná. Que por sinal, vêm a esta Casa num momento oportuno, e vêm também para convidar os Srs. Deputados para que no dia de amanhã, a partir das 8:00 horas da manhã, na sede do SETCEPAR, à Rua Almirante Gonçalves, participarmos de um evento de maior importância, que é justamente a discussão do pedágio e seus efeitos, o peso que terá o pedágio no frete a ser desenvolvido no Estado do Paraná.

O SETCEPAR, a FAEP e a OCEPAR, em conjunto, estarão realizando amanhã, durante todo o dia, um Seminário para discutir o peso do pedágio em cima do frete no Estado do Paraná, e consequentemente, em cima da produção agropecuária.

Por isso, registro a presença do Sr. Anselmo Trombini e do Sr. Adão Nunes Flores.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela

Ordem) - A pedido do Presidente da Mesa e do Deputado Nelson Garcia, comunicamos a presença do Sr. Vagner de Souza, conhecido por "Vagão", Prefeito brilhante do Município de Itaipira.

Quero dizer ao ilustre Prefeito que este Parlamento é o único Parlamento do Brasil que dá a sua vida pelo municipalismo, não só do Brasil, mas principalmente do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos antecedeu, aqui na tribuna, o Deputado Toti Colaço. A propósito, não fiz um aparte a Vossa Excelência, quando abordava a questão do transporte escolar, que pretendia colocá-lo com outra questão, que foi objeto de análise, ontem.

Mas, quando o Deputado Toti fazia as colocações a respeito da importância do comprometimento das receitas

municipais com o transporte escolar, o fazia no maior sentido de defesa do municipalismo, porque ele também é o Presidente do Bloco Municipalista nesta Casa. E sem dúvida, o Estado do Paraná, como os demais Estados, utilizam-se da estrutura dos municípios para cumprir a finalidade principal, que é ofertar a educação em nível de 2º grau aos nossos jovens paranaenses.

E não paga, não repõe, não restitui nenhum centavo por este custo, Deputado João Techy Filho. É exemplo do vosso município, que é um município grande, um município de extensão territorial das mais expressivas e de população disseminada da zona rural, conhece o custo que acarreta ao município, o transporte do alunato para as sedes, para as escolas de 2º grau.

E ontem, somado a este projeto que recebeu o apoio de todos os Deputados, foi encaminhado ao Sr. Governador, e até agora ele não mereceu a regulamentação.

A FUNDEPAR, a Secretaria Estadual de Educação, reconhecem a legitimidade do projeto e das propostas ali encetadas. Porém, não o fez, não implementou, e não implementando, perde em substância a educação do Estado do Paraná, perdem em recursos financeiros os nossos municípios.

Então, solicitamos ao Líder do Governo, que ajude a sensibilizar o seu Governador, no sentido de vermos este projeto, aliás, esta lei, aprovada, sancionada, mas não implementada.

Eu, na mesma linha, quando mostra que tem muita propaganda, mas pouca ação à efetiva no Governo, a questão educacional, ontem, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, recepcionou um veto e apreciou o veto, a lei que cria os incentivos fiscais para a informatização.

Ora, é mais um instrumento que esta Casa oferecia ao Governo do Estado e à estrutura educacional do nosso Paraná, no sentido de permitir que pudessemos dotar as nossas escolas de instrumentos modernos, de instrumentos tais que permitissem ao Governo e à sociedade, acesso à informatização.

Não adianta dizer e fazer propaganda, que é um Paraná novo, Paraná da mudança, o Paraná da renovação, se esquecemos os nossos jovens, se não permitimos, e aliás, provocamos a pior das segregações, que é aquela em que você não permite a igualdade de oportunidade.

Filho do trabalhador, o aluno, o estudante pobre, não têm condições de pagar uma escola particular de informática. Mas, ele teria acesso com esta lei, implementada aos equipamentos tidos na própria escola.

A exemplo de Londrina, a Prefeitura vem desempenhando um belo trabalho nesse sentido, fruto de uma lei igual, do qual fomos buscar subsídios, além de quando, ainda Vereador, Alex Casiane, hoje vice-Prefeito de Londrina, foi nesta fonte que fomos buscar as idéias para poder trazer este auxílio às escolas do nosso Estado.

É lamentável que isto venha ocorrer.

Mas, o Deputado Toti falou também em ICMS, e falou também em repartição do ICMS no Estado do Paraná, e afirmou que sobre apenas 25% do ICMS, é que cabe à Assembléia legislar.

Precisamos ter em mente uma outra questão, a questão do ICMS ecológico. Sei que o Neivo Beraldin fez um trabalho nesta linha e a lei é de sua autoria, mas o ICMS ecológico tem pesado a muitos municípios, que nada têm a ver com o problema de Curitiba se abastecer do manancial de Piraquara, que não tem a ver o Município de Ivaiporã com o de Roncador. Por que é que o Rio Vermelho abastece Arapongas? Não tem nada, e no entanto, o conjunto dos municípios paranaenses, retira 5% das suas receitas, do bolo tributário para que esses municípios possam ser remunerados.

Há uma questão que esta Casa precisa começar a levantar, para que possamos, no próximo ano, ter uma postura diferente, com análise mais profunda.

Já estivemos junto à Secretaria do Meio Ambiente, buscando subsídios para que pudessemos orientar uma ação, no sentido de corrigir as distorções. Não que sejamos contrários ao ICMS ecológico, mas há que se rever os critérios que hoje são adotados para a constituição desse Fundo, e aqueles que são penalizados, que são todos, no entanto, só alguns é que deveriam, efetivamente, dar uma contribuição maior para que o ICMS ecológico fosse mantido, mas não à custa de muitos municípios que não têm nada a ver. Todos participam, mas nem todos têm a responsabilidade pelo abastecimento e pelas preservações, que com certeza, recebem.

Agradeço à Presidência pela tolerância, e era o que tínhamos.

Obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -

Apenas para anunciar a presença do Secretário de Administração do Município de Missal, acompanhado do professor Plínio e da Jacira, que é nossa funcionária pública, lá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.
PSN. PSDB. PL. PPB. PTB. PDT.
PT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para fazer duas solicitações: uma ao Líder do Governo, e outra ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Estou pensando um requerimento na Mesa Executiva, Sr. Presidente, e que pelo menos as informações não nos sejam negadas, de que pelo menos as informações sejam possíveis de serem contraditadas e de que esse debate possa acontecer. Pelo menos isso acho que é importante para a Situação e para a Oposição.

Acho que o Governo não tem a intenção e não pode ter o medo de esconder os números e esconder as informações, e queremos poder fazer essa discussão com a maior transparência.

Então, o meu requerimento, Sr. Presidente, vai no seguinte sentido: que aprovemos aqui esse endereçado à Mesa Executiva, a Vossa Excelência, de que uma Comissão de Deputados, pode ser de 5 Deputados da Situação, 1 da Oposição, não importa, mas que uma Comissão de Deputados possa se dirigir a Brasília e falar com os 2 Diretores do Banco Central: Pedro Parente e com o Paulo, esses dois Diretores do Banco Central, a respeito das dívidas do Estado do Paraná e a respeito da rolagem das dívidas em relação à dívida mobiliária, e do Banco do Estado do Paraná.

São essas, apenas, as duas questões a serem tratadas com esses Diretores. Eles nos recebem, não há problema nenhum, e eles podem nos passar essas informações do fruto dessa discussão com o Giovani Gionedis.

A outra, é que o Deputado Valdir Rossoni, que é Líder do Governo e que tem o apoio da maioria dos Deputados nesta Casa, conceda em trazer o Giovani Gionedis nesta Casa, para discutir a questão dos números do Banco do Estado do Paraná, mas munido de documentação, para que possamos estabelecer o contraditório a respeito dessa negociação sobre a privatização do Banco.

Então, são essas as duas questões.

Acho que essa é uma medida importante, porque os dados, as notícias que temos é de que o Governador do Estado não assinou um protocolo de privatização, e segundo o que o Diretor do Banco Central disse hoje, o Deputado Romanelli já comunicou, segundo o Diretor do Banco Central e o Senador Osmar Dias - relatou também, agora, com o Senador Requião - que o Governador do Estado do Paraná assinou a rolagem da dívida e que o Banco Central reafirma que se o Governo do Estado do Paraná quiser manter o Banco e sanear-lo, o Governo Federal entra com 50% para sanear o Banco do Estado, sem a necessidade da privatização.

Então, há uma intenção do Governo em privatizar o Banco do Estado, segundo o Diretor do Banco Central esse é um pedido do Governador Jaime Lerner e do Giovani Gionedis, não é a imposição do Banco Central, e eles estão abertos para discutirem os números.

Então, acho que a Assembléia, pelo menos, tem que esclarecer essas questões a respeito dos números, porque votamos uma lei aqui, que era do saneamento, e de repente, faltando 2 dias, sem comunicar a ninguém, o Giovani aparece na imprensa nacional, lá em Brasília, dizendo que tinha que privatizar, por causa da última data, e etc.

Olha, Sr. Presidente, pelo menos essa faculdade de ter acesso a essa discussão, acho que é um direito salutar para a democracia, para que não venhamos a cometer algum equívoco em relação ao Banco do Estado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Gostaria, Deputado Ângelo Vanhoni,, até de pedir para o meu amigo Deputado Valdir Rossoni, e pedir para Vossa Excelência também, que deu a sua vida pelo Banco do Estado do Paraná - eu que não tive o Paraná como berço, mas vou me orgulhar de tê-lo como túmulo,

porque aqui vou ser sepultado. Cheguei com 9 anos de idade e defendo o meu Estado, como a maioria desses Parlamentares que estão aqui.

Queria uma orientação. Por exemplo, vi ontem, em Brasília - gosto de falar a língua do povo, Vossa Excelência entende, a língua do povão, o povo que abre uma caderneta de poupança, aquele que abre um CDB, um RDB, que não sei o que é.

Então, queria uma orientação nesta Casa, porque estou sendo cobrado, através da televisão, por ter um programa de credibilidade, de audiência, que Vossa Excelência já participou por várias vezes.

Os telefonemas que recebo são os seguintes: "como é que fica a minha poupança?". "Como ficam as minhas aplicações?".

Então, reporto-me ao Deputado Anibal Khury - fui pela manhã à sua residência - Deputado, o que explico ao povo? O que explico na televisão?

Então, gostaria que Vossa Excelência me explicasse, ao Deputado "jacu" aqui, como é que fica. Foi injetado um dinheiro no BANESTADO para fazer um saneamento; dizem que vão fechar não sei quantas agências que não são produtivas. Tudo bem.

Como é que fica a situação dos funcionários? Dizem que já podem pedir a conta e recebem. Não entendi, o Dr. Giovanni diz que é um salário, o Presidente Neco Garcia diz que é meio salário. Queria perguntar a Vossa Excelência, por favor me responda, para eu poder responder ao povo do Paraná: quem tem poupança, quem tem CDB, como fica a conta corrente? Vai acontecer como aquele Banco da Bahia, o Econômico, que pegaram o dinheiro de todos os trabalhadores? Quero saber se vai acontecer a mesma coisa no Paraná. Precisamos explicar isso ao povo do Paraná. Gostaria que Vossa Excelência me orientasse, por favor!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado, o senhor pode ficar tranquilo e utilizar o espaço de televisão que Vossa Excelência tem, que é privilegiado, porque tem uma grande audiência em todo o Paraná, e sobretudo na Capital, para tranquilizar todo o povo do Paraná, porque o Banco do Estado do Paraná é diferente de todos os Bancos privados, porque é um Banco público, que tem como garantia o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal.

E neste processo de saneamento, não coloca em risco a conta corrente e as aplicações de nenhum investidor do Banco do Estado do Paraná. Nem a poupança. Ninguém terá problema e se quiser resgatar qualquer recurso, o que não se deve fazer, se quiser solicitar o resgate de 100 mil, de 200 mil, 1 milhão de reais das suas poupanças do Banco do Estado, pode fazer, que o Banco tem saúde financeira.

O saneamento do Banco é muito importante para o Banco do Estado do Paraná. O que o Governo está fazendo e considero equivocado, é o fato do problema do Banco do Estado ser muito pequeno perto das soluções que temos para resolvê-lo, em troca de uma privatização.

O Governo do Estado do Paraná deve 500 milhões para o BANESTADO, o Tesouro Nacional deve 475 milhões. O Deputado Valdir Rossoni diz que temos lá no redesconto 400 milhões, temos problemas com inadimplência. É só o Governo do Estado do Paraná pagar o que deve ao BANESTADO e o Governo Federal pagar os 475 milhões, que o Banco do Estado fica melhor do que qualquer Banco, hoje, no país.

Vamos parar com essa conversa dos números do Giovanni Gionedis. Os outros são os 300 milhões que o Giovanni está dando para demitir funcionários, o que é uma tragédia, uma crueldade. Se faz isso com o maior cinismo diante de um problema de crise, como se os funcionários do Banco do Estado fossem sair do Banco, recebendo meio salário por ano trabalhado, e amanhã fossem encontrar um emprego na sociedade paranaense. Quem está no Banco há 17 anos, vai trabalhar aonde, meu Deus do céu? Vai encontrar trabalho aonde, daqui a 6 meses? E a perspectiva, segundo o Governo, é demitir 3 mil funcionários. O Giovanni assumiu isto. Demitir 3 mil funcionários. Imaginem quando o Banco for privatizado, vão colocar na rua mais 5 mil funcionários.

Será que o Governo não tem a sensibilidade do momento crítico que passa a nossa sociedade?

Há uma outra possibilidade, Deputado Valdir Rossoni. Aceite a possibilidade de que possamos sugerir uma outra opção. Fico abismado como o Governo está petrificado, está insensível, sem abrir a possibilidade de podermos discutir uma outra alternativa. Não estou vendo esta disposição do

Governo. Estou vendo uma disposição muito fechada, muito absoluta, com a única alternativa que o Governo apregoa que é a privatização. Não há espaço para se discutir uma alternativa para preservar o emprego, para preservar a empresa.

Então, é este apelo que vimos fazer à Liderança do Governo, à Bancada de sustentação, porque o drama social que vai trazer este processo, trará um prejuízo muito grande para os paranaenses, para os brasileiros que moram no nosso território que não vão conquistar perspectiva de emprego.

Mas, mesmo que o Governo queira privatizar, diz que vai privatizar, que vai assinar o acordo, que está fazendo, que já fez, etc... acho que pelo menos, se o Governo tem tanta certeza dos seus números em relação ao Banco do Estado do Paraná, e em relação ao que está sendo negociado com o Governo Federal, que tragam o Giovani Gionedis e que possamos, nessa discussão, com base em documentos, contraditar aquilo que o Giovani Gionedis tem para dizer.

E ao Presidente da Assembléia, que forme uma Comissão de Deputados, podem ser 5 da Situação, 1 da Oposição, mas que vá fazer uma visita ao Pedro Parente e ao outro Diretor do Banco Central, que cuida dessa Carteira, para discutir o que está sendo feito e se havia uma outra possibilidade, se o Banco Central só tem essa alternativa, a da privatização do BANESTADO para salvar o nosso Banco, aliás, as dívidas do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - Agradeço o aparte dado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vossa Excelência tem o aparte, desculpe, esqueci, não foi por falta de educação, mas foi por esquecimento, Sr. Presidente, que não concedi o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado João Techy, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 454, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghe-tti, constante do expediente, requer a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 012/97, proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Deputados Joel Coimbra e outros, que objetiva modificar a redação do art. 103, inciso III, alínea "p", da Constituição Estadual, e acrescentando a esse dispositivo alínea q, r, s, t, u, v e x, para o fim de transferir ao Tribunal de Alçada, a competência recursal para o julgamento de parte dos crimes, na forma que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.** Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a emenda

constitucional, conservem-se como estão.

Trinta e cinco Srs. Deputados aprovam. **Aprovada a emenda constitucional em 1º turno.**

2º aguardará interstício de 5 Sessões.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/98, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Zuk, Marquinhos Alves, José Tavares e Edgar Bueno, que dispõe sobre reeleição de dirigentes das instituições de ensino superior mantidos pelo Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. ANEXO PROJETO Nº 038/98. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Apreciará neste turno a emenda em 2ª discussão. Fica alterado o artigo, segundo a Lei 8345, que passará a vigorar com a seguinte redação: considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, ativos e inativos, do quadro docente do quadro de funcionários em pleno exercício das funções.

Aprovado em segunda. Passou em terceira. Aprovado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 577/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Antonio Ermírio de Moraes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/97, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honorária Magalhães - ASSECCOIM, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 682/97, de autoria do Deputado Júlio Ando, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Apoio Integrado Pró-Iguaçu-Naipi, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição do DETRAN - CIRETRAN, no Município de Carambei. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espiritualista Caminheiros da Luz de Curitiba / PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/98, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a ACOA - Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/97, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a implantar Centros de Atendimento Odontológico Especializado nas 22 Regionais Estaduais de Saúde. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 199, de 17.11.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 652/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar Centros de Atendimento Odontológico Especializado nas 22 Regionais de Saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar, após a Secretaria de Saúde ter exarado seu parecer com relação à matéria, somos favoravelmente à mesma, na forma do Substitutivo apresentado pelo autor, anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 652/97**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar em Casas de Saúde conveniadas ou em parceria com Fundações e Instituições de e para Portadores de Deficiências, através da Secretaria de Estado da Saúde, Centros de Atendimento Especializado de Odontologia, para atendimento a pessoas portadoras de deficiência, nas Regionais de Saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Centro deve conter equipamento odontológico para atendimento ambulatorial, tendo o suporte de um hospital credenciado ou próprio do Estado para o atendimento cirúrgico de pacientes com comprometimento severo.

Parágrafo Único - Este Centro deve estar adaptado às normas da ABNT 9050.

Art. 3º - O atendimento deve atingir todas as faixas etárias e deficiências.

Art. 4º - Os profissionais que atuarão deverão possuir curso de capacitação para atendimento à pacientes especiais.

Art. 5º - As despesas para a implantação poderão decorrer de programas de interiorização, municipalização ou orçamento próprio do governo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor 30 dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.02.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoio: César Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores lacunas que a saúde de nosso Estado apresenta, é a falta de atendimento odontológico especializado para a pessoa portadora de deficiência.

Famílias e instituições encontram extrema dificuldade para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência, principalmente portadores de deficiência mental, quando necessitam de atendimento odontológico, seja por falta de serviços de saúde, seja por falta de profissionais capacitados.

Alguns serviços são ofertados por Universidades, porém não suprem a

demanda, bem como quando há necessidade de procedimento cirúrgico em portadores de deficiência mental severa.

Cabe ressaltar que 10% da população do Estado é portadora de algum tipo de deficiência mental.

Quando a família tem condições financeiras e informações, ainda se resolve, porém, a maior demanda é de clientela carente e desinformada. Algumas instituições conseguem alguns profissionais abnegados que atuam graciosamente, porém não podemos mais fechar os olhos a uma situação em que pessoas perecem por falta do serviço, e que nada mais é que um direito constitucional, ou seja, direito de saúde.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Cambé. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.98).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 020/98**

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Durval Amaral, o Projeto de Lei nº 020/98, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a CIRETRAN no Município de Cambé.

Considerando tratar-se de projeto autorizatório, e tendo em vista que as despesas com as instalações e funcionários ficarão a cargo do próprio município, esta Comissão entende não existir qualquer óbice à aprovação do referido projeto, podendo o mesmo ser levado à apreciação do duto Plenário.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/98, que autoriza o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 150.000.000,00, para execução de Programas de Atendimento Habitacional, através do Poder Público, no período

de 1998 a 2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 26, de 30.03.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 69/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, visa autorizar o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos junto à CEF, até o valor de R\$ 150.000.000,00, para execução de Programas de atendimento habitacional através do Poder Público, no período de 1998 a 2002.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao projeto, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 069/98

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 012/98, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias a entidades da Administração Indireta do Estado, em financiamentos junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), para execução de Programas de Atendimento Habitacional através do Poder Público, no período de 1998 a 2002.

Sobre a propositura, podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o Regimento Interno, observamos, na sua justificativa, que estes recursos serão aplicados na execução de programas de atendimento habitacional.

Diante do exposto, não encontramos nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É mais um pedido do Poder Executivo para realizar o empréstimo de 150 milhões de reais, junto à Caixa Econômica Federal, para a execução de programas de atendimento habitacional.

Depois da posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi mudada a sistemática para a contratação de financiamentos da Caixa Econômica Federal. Hoje, são os municípios e os Estados que têm que contratar, e assim, repassar, formalmente, embora essa responsabilidade já existia no ano passado.

Só queria dizer que apoio este empréstimo, porque creio que a questão da habitação no Paraná é muito grave.

Quero lamentar aqui o fato de que ter conseguido repassar toda a dívida que a COHAPAR tinha junto à Caixa Econômica Federal, e depois na renegociação da dívida em 94, endureci o jogo, dentro do próprio Governo, e repassei toda a dívida da COHAPAR para o Tesouro do Estado.

Toda a receita que entra, hoje, na COHAPAR, é limpa, sem nenhum compromisso de pagamento de financiamentos. Todo o retorno e toda a prestação que os mutuários pagam para a COHAPAR é utilizado para o pagamento do pessoal, do custeio, da sua estrutura, e obviamente, nos empreendimentos que a COHAPAR realiza.

Quero fazer esse registro, porque embora considere a questão da habitação fundamental, mas dizer que estamos novamente dando a condição à COHAPAR, de que uma nova dívida, e uma dívida até o valor de 150 milhões de reais.

Fica só o registro, para que a história analise, se estávamos corretos ou não, nesse momento em que estamos votando essa autorização.

Quero dizer que, como a Mensagem do Governador para mim tem fé pública, e o Governo tem divulgado que já construiu mais casas do que todos os governos anteriores - é aquela conversa que todos os governos fazem - o Governador Jaime Lerner, a quem o Deputado Valdir Rossoni sempre credita credibilidade, o Governo diz aqui que nos últimos 36 meses a COHAPAR produziu 11.829 unidades habitacionais.

Esta é a mensagem oficial do governo, ao contrário das 48 mil casas que o governo está distribuindo naquele panfletão que ele fez, para fazer propaganda nos municípios paranaenses.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não consigo entender um Governo que gasta tanto dinheiro na televisão, porque é que perde tempo em fazer jornal que ninguém vai ler. Deve haver alguma explicação para ser dada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao projeto.

Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/98, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre recursos orçamentários alocados pela Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997 (Lei Orçamentária). COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 31.03.98).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 458, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 432, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 435, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 433, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 440 e 441, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 442, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 443, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 445 a 453, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 456, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 457, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 460, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 439, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 462, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, o requerimento, parece-me, pelo qual Vossa Excelência leu, é de um pedido de audiência.

Pediria de Vossa Excelência, dispensa de votação do Plenário, porque seria um pedido que a Executiva da Casa faz diretamente ao Ministro, porque estou vendo a disposição da Bancada do Governo de votar contra o requerimento.

O que é lamentável, porque o que se quer é buscar ajudar na solução do impasse BANESTADO, nada mais do que isso. A Oposição quer ajudar a área do Governo a buscar uma solução que não privatize o Banco.

Vossa Excelência faria o pedido pela Executiva da Casa, para evitarmos a derrota em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pensei em fazer o pedido pela Executiva da Casa, mas o requerimento implica também numa Comissão de Deputados, o que seria óbvio que a Assembléia teria que autorizar. Nestas condições, mantenho a decisão.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Verificação de Votação, apenas para registrar que não se quer o apoio dos paranaenses para resolver o problema do Banco. Isso é uma barbaridade!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço aos Srs. Deputados que mantenham a calma.

Como diz o patrício, umas vezes ganha, outras vezes perde.

Requerimento nº 461, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Toti Colaço, Caíto Quintana e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria que o senhor fizesse a Verificação de Votação, apenas para comprovar a nossa derrota.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que, falando como Presidente da Assembléia, este requerimento solicitando o contrato de rolagem da dívida e de saneamento do BANESTADO, pode ser aprovado por esta Casa, porque é um ato público. **Aprovado.**

Requerimento nº 459, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 430, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à Verificação de Votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.
27 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Justificar o Voto) - Sr. Presidente, evidentemente que não vou cansar os Srs. Deputados na tarde de hoje, mas apenas para lamentar, mais uma vez, que artigos da maior importância publicados na imprensa do Estado do Paraná, não possam ser registrados nos Anais da Assembléia, pela simples vontade política dos Parlamentares que dão apoio ao Governo.

Não é qualquer pessoa que falou isso que está no jornal. Não é qualquer pessoa que escreveu esse artigo. Trata-se do Dr. Eron Arzua, advogado e ex-Secretário das Finanças e da Fazenda do Paraná, em muitas oportunidades até Consultor, Assessor na Presidência da Assembléia Legislativa, em assuntos ligados à área econômica.

E o que diz só no intróito do seu artigo, o Dr. Eron Arzua. (Lê): Artigo publicado na Gazeta do Povo, no dia 8 de janeiro de 1995. "Outro dia, colunista nacional disse que os Governadores eleitos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, estão menos infelizes que os do resto do Brasil, em virtude do saneamento financeiro que os atuais Governadores fizeram no período de 1991 a 1994".

Então, só para que os Srs. Deputados vejam que é artigo da maior importância, e é aquilo que disse o Presidente do Banco do Estado do Paraná na época, Luiz A. Fayet, acerca da situação financeira do BANESTADO.

Então, na Sessão de amanhã ou da semana que vem, nos inscreveremos no tempo que nos cabe e faremos a leitura completa desse artigo, para que todos os Srs. Deputados tenham conhecimento. E que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, artigos que são de importância para esta Casa registrar nos seus Anais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É um recurso regimental perfeitamente legal.

Requerimento nº 424, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Excelência, apenas para registrar, porque é um pedido da maior importância. E infelizmente a Liderança do Governo é insensível aos apelos para esclarecer a opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 009/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/98.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 02, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 652/97, 020/98 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 670, 728/97 e 066/98.

Levanta-se a sessão.